



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16882 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 06 - Educação Popular

O DIREITO À CRECHE E A LEI 12.796/13: DESDOBRAMENTOS NA DINÂMICA DE FAMÍLIAS DE CLASSES POPULARES

Carolina Silva de Alencar - FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ

O DIREITO À CRECHE E A LEI 12.796/13: DESDOBRAMENTOS NA DINÂMICA DE FAMÍLIAS DE CLASSES POPULARES

O presente texto apresenta o percurso de uma pesquisa em nível de Doutorado, em Educação. O foco de nosso trabalho investigativo centra-se nos desdobramentos que a Lei 12.796/13 vem provocando na dinâmica cotidiana de famílias de crianças de classes populares de 0 a 3 anos de idade do bairro do Caju, na cidade do Rio de Janeiro. Assim, neste trabalho voltamos o olhar para a Educação Infantil como prisma articulador de questões de direitos sociais partindo da realização que há uma relação direta entre a pobreza, as desigualdades sociais e a carências de ações e diretrizes específicas para as infâncias (Sarmiento; Fernandes; Tomás, 2007).

A falta de oferta de vagas em creches públicas municipais, no bairro do Caju/RJ, aponta para uma das aparentes consequências da Lei 12.796/13 na vida cotidiana de famílias de classes populares. A Secretaria Municipal de Educação/RJ, buscando atender o texto da Lei 12.796/13, vem ampliando a oferta de vagas nas unidades públicas para as crianças de 4 e 5 anos de idade. Com isso, o que tem sido percebido nos últimos anos, é a diminuição da oferta de vagas em tempo integral para as crianças de 0 a 3 anos, induzindo suas famílias a procurarem por outras modalidades de atendimento, como as creches domiciliares.

Do ponto de vista teórico e metodológico, nossa pesquisa está pautada na *dúvida como método* (Garcia, 2008), trabalhando dentro dos pressupostos de uma pesquisa qualitativa, de cunho documental e participativo (Minayo, 1994). Partindo dessas questões, nossos estudos têm por objetivo interseccionar os campos da Educação Infantil e da Educação Popular, compreendendo as suas inter-relações no campo do direito das infâncias à educação

no Brasil (Rosemberg, 2013).

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), a quantidade de lares com mulheres ocupando a função de responsável da família em 2022, chegou a 38,3 milhões, ou seja, 50,8% dos lares em nosso país (IBGE, 2022). Assim, ao nos colocarmos diante de um estudo sociológico e procurando romper com os modelos de pesquisas epistemologicamente hegemônicos, elegemos como instrumento metodológico, realizar entrevistas semiestruturadas apenas com mulheres responsáveis por seus lares.

A escolha política e epistemológica por uma *metodologia feminista* (Terragni, 2005), nos inspira a fortalecer uma *ética do cuidado* como pressuposto investigativo central. O que intencionamos é trazer para discussão a questão do gênero em pesquisas sociológicas, em especial na temática sobre mulheres responsáveis por famílias de classes menos favorecidas, com marcação racial e suas lutas por equipamentos educativos para suas crianças.

Assim, falamos de um estudo pautado num *feminismo popular* (Hollanda, 2020). Pois, ao trazermos as falas de mulheres de classes populares, a maioria negras, moradoras de favelas cariocas e que são responsáveis por seus lares, falamos de mulheres que “... constroem outras práticas de organização e de luta, no que é chamado de feminismo popular e comunitário, que parte de preceitos diferentes dos adotados pelo feminismo latino-americano de décadas anteriores, com predominância das mulheres liberais de classe média” (Hollanda, 2020, p. 249). Por isso, apostamos em trazer as vozes destas mulheres, escutar aquelas que foram, e que infelizmente ainda são, as oprimidas de nossa história (Freire, 2005).

O bairro estudado, conta hoje com 5 creches públicas de atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade, onde são oferecidas cerca de 300 vagas para as crianças de 0 a 3 anos e 800 para as de 4 e 5. Logo, o que vemos é a pouca oferta de vagas para as crianças da modalidade creche, comparada à pré-escola. Além disso, só 1 unidade oferece atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 3 anos. Sendo assim, em nossa investigação temos identificado números que dialogam com as falas das mulheres entrevistadas. Questões como, o trabalho fora de casa, a necessidade do atendimento em tempo integral, a valorização do trabalho feminino, os impactos na renda familiar, a qualidade do atendimento da creche pública e da domiciliar, tem aparecido nas falas de nossas entrevistadas.

Assim, (in)concluímos que, as famílias do bairro estudado, têm buscado formas de resistência e alternativas possíveis na luta pelo direito à Educação, compreendida como um valor fundamental desde a primeira infância. As reflexões aqui apontadas, tem nos deixado os seguintes questionamentos: Como a oferta de vaga para a creche articula-se com as concepções de direitos sociais dos sujeitos das classes populares? Em especial de mulheres pobres, negras e faveladas? Assim, continuaremos junto às mulheres e crianças pequenas das classes populares na luta por uma Educação Infantil pública e popular.

Palavras-chave: Direito à Creche; Lei 12.639/2013; Educação Popular.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 42.^a ed., 2005.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. “Introdução”. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 11-34.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. PNADc 2022. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2022.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento - Pesquisa Qualitativa em saúde* (3 ed.). Rio de Janeiro, São Paulo: Hucitec-ABRASCO, 1994.

ROSEMBERG, Fúlvia. Criança Pequena e Desigualdade Social No Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Diversidade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2013.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. *Políticas públicas e participação infantil*. Revista Educação, Sociedade e Cultura, n. 25, p. 183-206, 2007.

TERRAGNI, Laura. *A pesquisa de gênero*. In ALBERTO, Melucci. *Por uma sociologia reflexiva; pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.